

ASIA



2. EMANCIPAÇÃO NACIONAL, REVOLUÇÕES E CONFLITOS NA ÁSIA

2.1 A DESCOLONIZAÇÃO, REVOLUÇÕES E AS DIVISÕES DA GUERRA FRIA

A descolonização e a formação do Terceiro Mundo

A Segunda Guerra Mundial afetou decisivamente a periferia colonial e aprofundou as tendências descolonizadoras, latentes desde o final da Primeira Guerra e da Revolução Soviética. As potências metropolitanas, durante a Segunda Guerra, viram-se obrigadas a lançar mão dos recursos humanos e materiais de suas colônias, bem como a mobilização de contingentes militares afro-asiáticos, o que gerou efeitos tanto político-sociais como ideológicos. Após séculos de inculcação de um sentimento de inferioridade, o mito do super-homem branco desmoronava, enquanto os povos coloniais começavam a despertar de seu torpor. Nas zonas em que ocorreram operações bélicas durante a guerra, o processo foi mais profundo e imediato. Tratava-se de um movimento amplo, profundo e irreversível, que ultrapassara largamente as expectativas dos Estados Unidos no tocante à eliminação das velhas formas de colonialismo.

Os fundamentos históricos do imenso processo de descolonização afro-asiático se encontram, assim, no declínio dos velhos impérios coloniais, na atuação transnacional do capital (sobretudo norte-americano), e no amadurecimento dos movimentos de libertação nacional. O domínio autárquico das metrópoles sobre suas colônias enfraquecera, em decorrência das guerras mundiais e da ascensão dos EUA como novo e exclusivo centro do capitalismo

mundial. Este país havia atingido um grande desenvolvimento durante a guerra, e necessitava exportar manufaturados e investir seu excedente de capital, bem como fomentar a expansão de suas empresas com capacidade de implantação e ação transnacional, tornando vital a abolição de qualquer forma de protecionismo que entrasse a livre circulação destes.

Desta forma, Washington manteve uma verdadeira disputa paralela contra seus aliados europeus, em plena vigência da Guerra Fria. A ideologia anticolonial, oficializada na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) e no seu Comitê de Descolonização, tornava esta política um elemento ético-moral de base jurídica internacional desde o fim da guerra, constituindo-se num instrumento permanente de apoio ao processo de descolonização. O terceiro componente de apoio à emancipação colonial foi a crescente mobilização e consciência anticolonialista dos povos dominados, um resultado do conflito, também reforçado pelo apoio da URSS e da China Popular (após 1949) através da propaganda política, ação diplomática e, em alguns casos, de ajuda material.

O movimento de descolonização ocorreu em três grandes ondas, cronologicamente subsequentes, com características políticas e implantação geográfica específicas. A primeira delas ocorreu nos anos imediatamente subsequentes à guerra e início dos anos 1950, sobretudo na Ásia oriental e meridional, onde se deu a luta contra o Japão e o maior enfraquecimento do colonialismo europeu. Nestas regiões o movimento de emancipação nacional foi marcado por grandes enfrentamentos armados e revoluções, adquirindo sobretudo um conteúdo socialista (China, Coreia e Vietnã) ou fortemente nacionalista (Índia e Indonésia).

No início da década de 1950 o epicentro do processo descolonizatório deslocou-se prioritariamente para o mundo árabe (Magreb-Machreck), onde o conteúdo dominante foi o nacionalismo árabe de perfil reformista (Egito, Síria, Iraque, Argélia), até a passagem dos anos 1950 aos 1960. A partir deste momento, a África

subsaariana tornou-se o centro de uma descolonização grandemente controlada pelas ex-metrópoles europeias. A França liderou tal processo, de fortes contornos neocoloniais, mantendo a posição de controle do continente. Até a segunda metade dos anos 1960, a maioria dos países da África tropical havia obtido a independência. Restaram os regimes de minoria branca e as colônias portuguesas da África Austral, cujo processo de emancipação foi mais violento e radical, estendendo-se da década de 1970 ao início dos anos 1990.

Quanto à sua forma, a descolonização seguiu quatro caminhos básicos: a) um acordo da metrópole com a elite local para uma independência gradativa (África tropical); b) a exploração de divergências internas como forma de controlar o processo (como na Índia e Paquistão); c) luta fracassada contra guerrilha revolucionária (guerra franco-vietnamita, franco-argelina e holandesa-indonésia); e d) apoio à facção conservadora durante guerra civil (Filipinas, Vietnã do Sul, Coreia do Sul e China).

No ano de 1954, realizou-se a Conferência de Colombo, autêntico signo de mudanças no cenário mundial. Nela, Índia, Paquistão, Indonésia, Birmânia (atual Mianmar) e Ceilão (atual Sri Lanka), discutiram a articulação de uma frente neutralista, como reação ao problema da Indochina, em que os EUA substituíam a metrópole francesa na contenção da revolução vietnamita e criavam mais um bloco militar, a OTASE (Organização do Tratado da Ásia do Sudeste), que agrupava Austrália, Nova Zelândia, Grã-Bretanha, França, Filipinas, Tailândia, Paquistão e os próprios EUA. A leste, a OTASE se conectava com os Pactos Bilaterais de Defesa dos EUA com o Japão, a Coreia do Sul, Taiwan e Filipinas, e a oeste com o Pacto de Bagdá (depois CENTO, Organização do Tratado do Centro, da Turquia ao Paquistão), e este com a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), que cortavam a Eurásia e isolavam o Campo Socialista.

As consequências da primeira onda de emancipação colonial não tardaram a se fazer sentir. Em abril de 1955 reuniu-se em

Bandung, Indonésia, uma conferência de 29 países afro-asiáticos, defendendo a emancipação total dos territórios ainda dependentes, repudiando a Guerra Fria e os pactos de defesa coletiva patrocinados pelas grandes potências, enfatizando ainda a necessidade de apoio ao desenvolvimento econômico. Apesar de suas limitações e ambiguidades, a Conferência de Bandung marcou a irrupção do Terceiro Mundo no cenário político internacional.

Ao lado desse evento, a crescente influência dos países neutralistas contribuiu para consolidar essa nova tendência. Em 1961, após a realização de uma reunião preparatória no Cairo, reuniu-se em Belgrado, Iugoslávia, a I Conferência dos Países Não-Alinhados, na qual convergiram a política de Tito na busca de uma Terceira Via nas relações internacionais, o neutralismo, o afro-asiatismo de Bandung e o pan-africanismo de Nkrumah. Entre os 25 membros do novo movimento figuravam Cuba, Iugoslávia e Chipre, ao lado dos afro-asiáticos. O Movimento dos Países Não-Alinhados (MNA) manifestou-se contra o domínio das grandes potências e mencionaram a necessidade de uma nova ordem política e econômica mundial. Nehru, Tito, Nasser, Sukharno e Nkrumah foram as figuras proeminentes na estruturação do não-alinhamento. No plano econômico, a ação do MNA instigou a ONU a criar a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento), que realizou sua primeira conferência em 1964, com forte presença do Terceiro Mundo e de suas teses. A ação desses países propiciou a criação, no seio da UNCTAD, do Grupo dos 77 (G-77), uma versão econômica do MNA.

A emancipação do leste asiático e o triunfo da Revolução Chinesa

Nas colônias europeias ocupadas pelo Japão, formaram-se movimentos de guerrilha, que oscilavam desde o nacionalismo anti-colonial até formas socialistas, e que continuaram ativos após a

rendição japonesa em setembro de 1945: comunistas na Coreia e China, Exército Popular Anti-Japonês na Malásia, Movimento Hukbalahap nas Filipinas, Liga Popular Anti-Fascista de Libertação na Birmânia (atual Mianmar), Partido Nacionalista na Indonésia e Viet-Minh no Vietnã. Ao mesmo tempo em que os exércitos soviéticos invadiam a Manchúria, o norte da Coreia, o sul da ilha Sakalina e o arquipélago das Kurilas (estas duas últimas reclamadas pela Rússia desde 1905), a China, governada pelo KMT, era guindada pelos EUA à posição de Membro Permanente do Conselho de Segurança da ONU, como forma de estabelecer um novo equilíbrio de poder na Ásia, contendo a URSS e, principalmente, impedindo o Japão de voltar a ocupar uma posição de potência.

A República da China fora um aliado importante dos Estados Unidos da América na Segunda Guerra Mundial, no contexto dos países periféricos. A China possuía uma importância estratégica, pois além de aliada militar importante na guerra contra o militarismo japonês, no pós-guerra representava um elemento indispensável para o reordenamento regional, com certa margem de atuação mundial. Isto se devia ao fato da China localizar-se numa região sensível, onde a derrota do rival japonês e o recuo do colonialismo europeu ocorriam paralelamente ao fortalecimento da URSS e dos movimentos comunistas e de libertação nacional em todo o Extremo Oriente afetado pelo conflito.

A relação privilegiada de Washington com a China, aliás, era anterior à guerra, representando um elemento de contenção do Japão e do colonialismo europeu. Contudo, apesar do apoio militar ao governo liderado pelo Kuomintang desde os anos 1930, o Partido Comunista da China continuava ampliando seu poder. Assim, como foi visto, tanto por razões internas quanto externas, os EUA trataram a China de Chang Kai-chek como um dos “Cinco Grandes” dos aliados, convidando-a para as grandes conferências que decidiam os rumos da guerra e o futuro da ordem internacional, como a do Cairo em 1943. Encerrado o conflito, o país passou

a integrar o Conselho de Segurança (CS) da recém criada Organização das Nações Unidas, como membro permanente com direito a veto. Tal indicação ocorreu com a aquiescência de Stalin e Churchill, em detrimento da candidatura brasileira como o quinto membro dos Cinco Grandes, num momento em que a Guerra Fria ainda não havia sido desencadeada. Considerando-se o poder militar, diplomático e econômico dos demais membros (EUA, URSS, Grã-Bretanha e França), o convite à China, um país periférico e enfraquecido, configura-se claramente como parte da estratégia americana para a Ásia, além de um aliado dócil nas questões planetárias encaminhadas no seio da ONU.

Como resultado da Segunda Guerra Mundial, a nova geopolítica da Ásia-Pacífico baseava-se no rebaixamento do Japão de sua condição de potência industrial, e na ascendência de Washington sobre a região, apoiada numa aliança com a China e na contenção da URSS e dos movimentos revolucionários e nacionalistas na região. Este equilíbrio geopolítico idealizado por Washington, entretanto, se revelaria efêmero e pouco realista. As tentativas dos EUA (e, inicialmente, da URSS) de manter o KMT e o PCC unidos sob um governo de coalizão, foram inúteis, e a guerra civil foi reiniciada. O Kuomintang perdia terreno frente aos comunistas, devido ao seu imobilismo social, corrupção, ineficiência e sua subordinação face ao Ocidente, o que para a maioria dos chineses equivalia à continuidade da submissão às potências estrangeiras.

A guerra civil da China, com algumas interrupções, arrastava-se desde os anos 1910 e, com a derrota do Japão na guerra, reiniciaram-se os choques entre os dois grupos. Sucederam-se tentativas de mediação patrocinadas pelos EUA e acompanhadas de pressões soviéticas sobre os comunistas para que estes formassem um governo de coalizão com os nacionalistas. Na verdade Chang Kai-Chek preservara suas forças durante a guerra mundial, visando a eliminar o PCC. Entretanto, subestimava o fato de que Mao Zedong

havia ganhado o apoio da massa camponesa e crescido qualitativamente no plano militar. As ofensivas de 1946-47 permitiram ao Kuomintang controlar as cidades grandes e médias, bem como as vias de comunicação. Exultante, Chang não percebeu que na realidade se encontrava ilhado em um mundo rural e camponês, no qual a influência comunista era dominante.

Apesar da falta de apoio soviético, em 1948 Mao conquistou várias cidades importantes e avançou para o Sul. Com o agravamento da Guerra Fria na Europa, em particular a crise da Alemanha e a criação da OTAN, Stálin decidiu estimular politicamente e apoiar materialmente os comunistas chineses para completarem sua revolução. O exército do Kuomintang, Chang Kai-chek e a velha elite chinesa refugiaram-se na província insular de Taiwan (Formosa), onde permaneceram protegidos pela VII Frota norte-americana, enquanto Mao Zedong proclamava a República Popular da China (1º de outubro de 1949). A vitória comunista na China representava para a diplomacia americana um sério revés, pois este país era o principal aliado de Washington na região da Ásia Oriental e do Pacífico. Mas a República da China, com capital em Cantão e, continuou a ser reconhecida pela maioria da comunidade internacional e a ocupar um assento permanente no CS da ONU, com direito a veto.

Durante os anos 1950 a China manteve uma estreita aliança com a União Soviética, pois necessitava ajuda econômica para a reconstrução e proteção militar, uma vez que haviam forças hostis na Coreia, Taiwan, Indochina e um exército do KMT permanecia no norte da Birmânia¹. O Tibete foi reocupado em 1950, mas o poder feudal dos Lamas foi mantido. Contudo, a reforma agrária e a emancipação dos servos, promovida pelas autoridades chinesas

¹ Com o tempo essa força perdeu sua função política, dedicando-se à produção de ópio e tráfico de drogas, liderado por seu comandante, ficando a região conhecida como Triângulo de Ouro.

em 1959, produziram uma revolta e o êxodo da elite tibetana, que se instalou no norte da Índia.

A maioria dos países que reconheceram diplomaticamente a RPC eram socialistas. Apesar da Índia também haver reconhecido o governo comunista, as relações foram se tornando difíceis, pois desde 1955 o país recebia ajuda soviética, tendo havido, inclusive, com uma breve guerra de fronteira sino-indiana em 1962, no contexto da deterioração das relações sino-soviéticas. O contencioso entre os gigantes comunistas se deveu à proposta de Krushov de estabelecer uma coexistência pacífica com o Ocidente (mantendo a China numa posição subordinada), à imposição de um modelo econômico inadequado e à disputa pela liderança do movimento comunista internacional após a morte de Stalin.

Os EUA, que ocupavam o Japão e o sul da Coreia e que haviam se estabelecido nos imensos e estratégicos arquipélagos japoneses do oceano Pacífico, decidiram então restaurar a economia japonesa e criar um novo centro de poder para apoiar sua política na região. Uma vez que o “Vice-Rei” americano em Tóquio, o General MacArthur, já havia reprimido a esquerda, foi fácil chegar a um acordo com as elites nipônicas sobre a reconstrução econômica do país. Além disso, os norte-americanos investiram política e economicamente em Taiwan, garantindo a soberania da Ilha e colocando-o como um contraponto à China continental.

A divisão e a Guerra da Coreia

Dentre os conflitos que sacudiram a linha que se estende do norte da África ao Extremo Oriente asiático durante a década que se seguiu ao final da Segunda Guerra Mundial, a Guerra da Coreia constituiu o ponto de inflexão mais significativo da Guerra Fria. Esse conflito, ainda pouco conhecido, teve notável impacto mundial e foi o epicentro de um sério confronto entre o mundo capitalista e o socialista. A guerrilha anti-japonesa da Coreia criou

Comitês Revolucionários por todo o país, os quais se reuniram em assembleia em Seul e proclamaram a República Popular em 6 de setembro de 1945, quando o Japão capitulou e os russos se estabeleciam ao norte do paralelo 38.

Dois dias depois, os americanos desembarcaram e ocuparam o sul da Coreia, reprimindo os comunistas e traziam dos EUA Syngman Rhee (que vivera na América 37 dos seus 60 anos) para formar um governo apoiado nos notáveis que haviam colaborado com o Japão. No Norte manteve-se a República Popular, liderada pelo então jovem comunista Kim Il Sung, onde foi implementada uma reforma agrária que agregou apoio ao regime. Uma pequena comissão da ONU supervisionou as eleições no Sul e declarou Rhee governante dessa parte do país, num clima de instabilidade. Em 1948 eclodiram revoltas nas províncias sulistas de Yosu e Cheju Do, ao passo que os soviéticos se retiravam do Norte.

Ao lado dos sérios problemas internos, Rhee enfrentou uma ameaça externa ainda maior. Em janeiro de 1950 o Secretário de Estado Dean Acheson declarou que o perímetro defensivo americano estendia-se das Aleutas (no Alaska) às Filipinas, passando pelo Japão (o que excluía Formosa e Coreia do Sul). Esse controvertido discurso objetivava buscar um diálogo com a RPC, pois a queda de Formosa era tida como provável, bem como a afastar Pequim de Moscou. A resposta dos setores confrontacionistas foi imediata: Mac Arthur conseguiu o envio da esquadra para o estreito de Formosa e insuflou um clima de guerra com apoio dos ameaçados Chang e Rhee. A perda da China representava para os Republicanos, que conferiam primazia à bacia do Pacífico, a falência da política de *Contenção* dos democratas, excessivamente voltados para a Europa. Provocações sul-coreanas na fronteira multiplicaram-se (assassinato de emissários, exercícios militares e discursos ameaçando invadir o Norte), e Kim Il Sung passou a preparar-se militarmente, acreditando que o regime sul-coreano estava para entrar em colapso.

No dia 25 de junho de 1950, as tropas norte-coreanas atacaram, cruzando o paralelo 38 e conseguiram avançar rapidamente. Embora ainda não se tenha informações fidedignas sobre a decisão de atacar (Stálin, Kim ou Mao), o desencadeamento do conflito vincula-se mais à situação confusa reinante no sul e à precipitação dos norte-coreanos (entusiasmados pela vitória chinesa). Os soviéticos, nessa época, eram contrários a aventuras arriscadas, mormente porque priorizavam a reconstrução e haviam alcançado um equilíbrio (divisão da Alemanha, triunfo na China e detonação de sua primeira bomba atômica), mas apoiaram a iniciativa.

Imediatamente, o Conselho de Segurança da ONU condenou a invasão e decidiu o envio de tropas sob sua bandeira, mas compostas basicamente por americanos. Enquanto o Senador MacCarthy desencadeava uma onda de histeria nos EUA, Washington iniciava a assistência militar às Filipinas e aos franceses na Indochina. Em dois meses, o exército norte-coreano controlou quase todo o Sul, cercando americanos e sul-coreanos em Pusan; entretanto, com o desembarque dos *marines* em Inchon (ao lado de Seul), as forças comunistas recuaram para evitar o cerco. Duas semanas depois (1º de outubro), as forças da ONU, comandadas por MacArthur, cruzaram a fronteira para criar um fato consumado que extrapolava o mandato da ONU, de retorno ao paralelo 38.

Eufórico, MacArthur declarava que poderia invadir a China e, mesmo, a URSS. Até a invasão do Norte, o número de mortos fora limitado, e só então teve início o massacre que custou quatro milhões de vidas. Os chineses advertiram que não tolerariam a destruição da Coreia do Norte, de modo que, quando MacArthur ocupou Pyongyang, a capital, e aproximou-se do rio Yalu, eles iniciaram seus preparativos militares. O Yalu, que demarcava a fronteira, produzia a energia utilizada pelo principal núcleo industrial da RP da China, localizado na Manchúria, à pouca distância.

Era um risco que não iria correr. Em novembro tropas chinesas entravam maciçamente na luta, derrotando as forças da ONU.

A China empurrou os americanos para o sul, os quais revidaram lançando a *Operação Killer*, com uma política de terra arrasada, utilizando o napalm (bomba incendiária de gasolina gelatinosa) e ameaçando lançar bombas atômicas sobre o norte. Todo o país foi reduzido a escombros, enquanto os combates prosseguiram. Um certo equilíbrio foi atingido no início de 1951, em torno do paralelo 38, e junho se iniciou um cessar fogo e negociações, que culminaram com o Armistício de Paenmunjon (1953). Para que isso pudesse ocorrer, Truman teve de destituir o todo-poderoso MacArthur por haver, segundo declarou, “envolvido os EUA numa má guerra, num mau momento, contra um mau inimigo”. Seu objetivo era também o de barrar a pretensão de MacArthur de se apresentar como candidato Republicano às eleições presidenciais de 1952, vencida por um general Republicano mais equilibrado, Eisenhower.

Truman desejava um conflito limitado e só conseguira, a um custo quatro vezes maior, conservar os mesmos resultados já obtidos quando fora atingido o paralelo 38 em outubro. Ainda que alcançando ganhos importantes em âmbito político (rearmamento alemão e aumento do orçamento de defesa), o empate militar na Guerra da Coreia constituiu um limite à hegemonia americana na região. No plano local, essa autêntica guerra civil com intervenção estrangeira teve como resultado a consolidação do regime autoritário de Rhee no Sul (proclamado Presidente Vitalício), com apoio das tropas americanas aí aquarteladas. A reconstrução do Norte foi mais rápida, e, ao contrário da Alemanha, a metade socialista da nação coreana foi a primeira a exibir seu “milagre econômico”, ainda que com um regime militarizado.

O continente asiático ficou, então, dividido em esferas geopolíticas compartimentadas. Sua massa continental era constituída por regimes comunistas (URSS, China, Mongólia, Coreia do Norte e Vietnã do Norte), a periferia oriental insular e peninsular do Pacífico possuía regimes capitalistas aliados aos EUA (Japão,

Coreia do Sul, Taiwan, Filipinas, Vietnã do Sul, Malásia e Tailândia), enquanto a franja meridional banhada pelo Índico se tornava predominantemente neutralista (Indonésia, Camboja, Laos, Birmânia e Índia).

A Primeira Guerra da Indochina

Na Indochina, a obtusa política colonial francesa encontrou forte resistência do movimento Viet-Minh, liderado por Ho Chi Minh. A tentativa de recolonizar o país e reverter a independência da República Democrática do Vietnã (proclamada em 1945) conduziu a uma longa guerra, que se aprofundou com a chegada dos comunistas chineses ao poder na China. Após oito anos de luta, a aguerrida guerrilha vietnamita, liderada por Giap, infligiu uma demolidora derrota ao exército francês em Dien Bien Phu. A França viu-se obrigada a repassar as responsabilidades da guerra aos EUA e a assinar os acordos de Genebra em 1954, que dividiam o Vietnã até a realização de eleições, previstas para dois anos depois.

Os EUA haviam tentado evitar uma vitória comunista no Vietnã, após a perda da China e o empate na Guerra da Coreia, aumentando a ajuda militar. No entanto, a derrota da França levou à convocação da Conferência de Genebra, em 1954, como foi dito, a qual decidiu a partilha temporária do país, com a manutenção de um regime comunista ao norte do paralelo 17. Logo a monarquia viria a ser derrubada no sul por um golpe apoiado pela CIA e o novo regime nunca realizou as prometidas eleições. Assim, no fim dos anos 50 a guerrilha reapareceria no sul e se espalharia para o Laos e o Camboja, com o crescente envolvimento direto dos Estados Unidos. O Camboja e o Laos obtiveram a independência na Conferência de Genebra, transformando-se em monarquias neutralistas. O primeiro manteve sua estabilidade até os anos 60, sob a liderança do carismático Príncipe Sihanuk, mas o Laos, já

nos anos 50 foi envolvido no conflito vietnamita, devido à utilização do seu território pelo exército da República Democrática do Vietnã (norte) e pelos guerrilheiros *Vietcongs* do sul.

No mesmo ano da Conferência de Genebra (1954) realizou-se a Conferência de Colombo, autêntico signo de mudanças no cenário mundial. Nela, Índia, Paquistão, Indonésia, Birmânia e Ceilão (Sri Lanka) discutiram a articulação de uma frente neutralista, devido ao problema da Indochina, em que os EUA substituíam a metrópole francesa e criavam mais um bloco militar, a OTASE (Organização do Tratado da Ásia do Sudeste, que agrupava Austrália, Nova Zelândia, Grã-Bretanha, França, Filipinas, Tailândia, Paquistão e os próprios EUA). Este bloco militar, através do Paquistão, EUA e Grã-Bretanha, se ligava a outro no Oriente Médio, a CENTO (Organização do Tratado do Centro), e através desse, com a OTAN na Europa. Agregando-se a estes os pactos militares bilaterais dos EUA na Ásia oriental (Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Filipinas), obtinha-se uma linha de contenção do mundo comunista, o qual se estendia de Berlim ao Oceano Pacífico, o qual englobava um terço das terras e da população mundial.

As independências do sudeste asiático

Além do caso vietnamita, outra tentativa de recolonização forçada que redundou em grave revés para o colonizador foi a guerra promovida pela Holanda contra os nacionalistas indonésios, liderados por Sukarno. As sucessivas ofensivas holandesas, além de não conseguir destruir a resistência, recebiam a condenação da ONU (articulada pelos EUA). Sem perspectivas de vitória, a Holanda concedeu independência à Indonésia, mas ainda a vinculava à União Holandesa (1949). Em 1954, os últimos vínculos com a metrópole foram cortados, estabelecendo-se um regime nacionalista, neutralista e fortemente personalista, apoiado pelo poderoso partido comunista indonésio.

Os milhares de ilhas que compõem a Indonésia favorecem tendências centrífugas, atenuadas por um governo centralista e pela religião, deste que é o país de maior população islâmica do mundo. As Molucas Meridionais chegam a ficar independentes de 1950 a 1952, mas são reincorporadas, enquanto a Indonésia exerce pressão diplomática para que a Holanda devolva a Nova Guiné Ocidental (Irian), o que ocorre em 1963 por intermediação da ONU.

Duas outras revoltas anti-coloniais, entretanto, foram derrotadas: Malásia e Filipinas. Na Malásia, uma das mais rentáveis colônias britânicas, a guerrilha esquerdista anti-japonesa retomou a luta armada contra os ingleses em 1948. Trezentos mil soldados imperiais levaram quatorze anos para derrotar dez mil guerrilheiros, oriundos dos trabalhadores de origem chinesa em um país povoado por malaio. Para realizar essa tarefa, a população rural foi agrupada em *aldeias estratégicas*. Em 1957 foi formada a Federação da Malásia, com a Malásia, Cingapura, Bornéu Setentrional, Brunei e Sarawak. Mas o novo país, além da revolta comunista, enfrentou problemas étnicos, pois a população de origem chinesa (dominante nos negócios) teve dificuldade de encontrar espaço político frente a um governo malaio, que favorece sua etnia, de equivalente peso demográfico, além de existir uma influente minoria indiana. A Indonésia não aceita o controle sobre o norte de Bornéu e a influência inglesa, movendo contra o novo Estado a política denominada de *Confrontação*, com pressões militares e infiltração de guerrilheiros. Em 1965 Cingapura separa-se da Federação, tornando-se independente, e Brunei, um pequeno sultanato exportador de petróleo, permanece como protetorado britânico até sua independência em 1983.

Nas Filipinas, colônia americana, a independência ocorreu apoiada pelos próprios Estados Unidos em 1946, seguindo padrões neocoloniais. Isto, somado à falta de reformas sociais, levou ao reinício da luta armada pela guerrilha anti-japonesa de forte tendência comunista, em 1949. A revolta dos *huks* só foi sufocada em

1952, graças à intervenção militar dos EUA, que mantiveram no país suas maiores bases naval e aérea, Subic Bay e Clark Field, respectivamente, e que seriam fundamentais para as operações no Vietnã. Nos anos 60, num quadro de instabilidade e regimes autoritários, a guerrilha comunista do Novo Exército do Povo voltou a operar, bem como as guerrilhas muçulmanas na ilha de Mindanao, no sul.

Independência e partilha do sub-contidente indiano

Na Ásia Meridional, a Índia britânica conquistou a independência após Londres convencer-se da inutilidade da manutenção do colonialismo direto perante as crescentes reação interna e pressão externa. Entretanto, a política colonial britânica, caracterizada pelo fomento das divisões internas, e as manobras que envolveram o processo de descolonização do subcontinente indiano resultaram na partilha deste e na eclosão de conflitos étnicos e nacionais que ainda persistem. Em 1947 sucederam-se as independências da Índia e do Paquistão, e em 1948 da Birmânia. Confrontos étnico-religiosos e migrações maciças marcaram o difícil nascimento dos dois últimos Estados, que também travaram uma guerra inconclusa pelo controle da Caxemira. Também ascenderam à independência o Ceilão (atual Sri Lanka) em 1948 e o arquipélago das ilhas Maldivas em 1965.

Enquanto a Birmânia e a Índia adotaram uma linha diplomática neutralista, o Paquistão, mais frágil, aproximou-se gradativamente dos EUA. O país estava geograficamente dividido em duas partes, distantes mais de mil quilômetros, com o vale do Indo no oeste (Paquistão ocidental, que era dominante) e o delta do Ganges no leste (Paquistão oriental, atual Bangladesh, mais pobre e bengali em termos etno-linguísticos), que somente tinham em comum a religião islâmica. Aliás, 10% da população da Índia também era muçulmana. Este país, apesar da linha laica do Partido do Con-

gresso (liderado por Nehru após o assassinato de Ghandi), manteve o sistema de castas e um atraso social impressionante, apesar do avanço industrial logrado. A estratégia pacifista de Ghandi, visando evitar uma revolução social, legou ao país tal situação.

A Birmânia teve de enfrentar guerrilhas separatistas das minorias étnicas e as forças dos barões da droga, que controlavam o norte do país (o Triângulo de Ouro), que produzia ópio. Assim, regimes militares autoritários e isolamento internacional marcam a evolução desta nação neutralista que, da mesma forma que a Índia, define-se internamente como “socialista”. Já a vizinha Tailândia, que também enfrenta guerrilhas comunistas e sofre os efeitos do conflito indochinês, vive períodos de instabilidade e regimes autoritários. O país se alia aos Estados Unidos, que aí instalam bases aéreas destinadas à guerra do Vietnã. A presença de tropas americanas em licença transformou Bangkok num dos maiores centros mundiais de prostituição e tráfico de drogas durante o conflito vietnamita.

Como consequências da descolonização, em abril de 1955 reuniu-se em Bandung, Indonésia, uma conferência afro-asiática que consagrou os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica (respeito mútuo pela integridade territorial e soberania, não-agressão, não interferência nos assuntos internos, igualdade e mútuo benefício, e coexistência pacífica entre países de regimes distintos), lançados como base deste pensamento. Ao lado desse evento, a crescente influência dos países neutralistas contribuiu para consolidar essa nova tendência. Em 1961 em Belgrado, Iugoslávia, foi fundado o Movimento dos Países Não-Alinhados, com forte presença e inspiração asiática.

Os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica

A diplomacia asiática contemporânea tem como um dos seus mais sólidos postulados, aceitos praticamente pela totalidade dos Estados da região os *Cinco Princípios da Coexistência Pacífica*,

enunciados há pouco mais de meio século por Chu En-lai, o fundador da diplomacia da República Popular da China, durante viagem à Ásia meridional, que representavam uma espécie de padrão para as relações internacionais. Os cinco princípios são: 1) respeito mútuo à soberania e integridade nacional, 2) não-agressão, 3) não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro, 4) igualdade e benefícios recíprocos e 5) coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes. Este padrão de conduta internacional foi, desde então, o norteador da diplomacia chinesa, do Movimento Neutralista e foi adotado pelo Movimento dos Países Não-Alinhados (fundado em 1961).

Os princípios, formulados na esteira das negociações de Genebra para encerrar a primeira Guerra do Vietnã (contra a França) em 1954, foram ratificados pelos chamados países neutralistas (Índia, Birmânia, Indonésia, entre outros) na Conferência Afro-asiática de Bandung, realizada na Indonésia em 1955. Tratava-se de uma agenda para o posicionamento internacional dos países do Terceiro Mundo (nações em desenvolvimento da África, Ásia, América Latina e Oceania), em favor da descolonização, do desenvolvimento econômico e do repúdio aos blocos militares da Guerra Fria. O indiano Nehru, o birmanês U Nu, o indonésio Sukarno, o egípcio Nasser, o iugoslavo Tito, o ganês N'Krumah e o chinês Chu En-lai foram os principais ativistas do Movimento dos Não-Alinhados e difusores destes princípios.

Com o avanço do processo de descolonização, uma centena de países do Terceiro Mundo ingressou na ONU nas duas décadas seguintes, o que alterou a correlação de forças dentro da Assembleia Geral da organização. Aliás, os princípios eram, em boa medida, inspirados na Carta das Nações Unidas. Os cinco princípios contribuíram, igualmente, para deslegitimar a política das superpotências e dos blocos militares e de poder, influenciando na adoção da agenda da Nova Ordem Econômica Internacional, formulada pelos Não-Alinhados e adotada pela ONU nos anos 1970.

Os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, além de constituírem uma estratégia inteligente para a política externa dos grandes países em desenvolvimento da periferia do sistema mundial, representam a afirmação planetária da concepção westfaliana das relações internacionais. De fato, se observarmos com cuidado, cada um dos itens retoma, de forma atualizada, os princípios da Paz de Westfália de 1648, que consagraram o Estado como principal ator da política internacional. Assim hoje, quando os regimes internacionais supranacionais e a nova hegemonia norte-americana buscam reafirmar uma política de poder, ainda que dentro de outros parâmetros, os Cinco Princípios mostram sua atualidade como instrumento de ação dos países em desenvolvimento.

Mais do que isto, eles representam uma estratégia para a afirmação de um sistema mundial multipolar. Daí o destaque que a diplomacia chinesa deu às comemorações do cinquentenário dos mesmos, afirmando que a globalização deve coexistir com o legado da história, que produziu uma diversidade de países e pluralidade de culturas. Sem dúvida, uma visão que contrasta com o *Choque de Civilizações*, visão que legitima as políticas de força nas relações internacionais. Finalmente, os *Cinco Princípios* são reapresentados como um código de conduta que favorece a todos e prega, como diz seu nome, a *Coexistência Pacífica*.

2.2. DO “MILAGRE JAPONÊS” À ALIANÇA SINO-AMERICANA

A Guerra Fria e a aliança nipo-americana

Como foi visto, a “perda” da China (derrota do regime aliado) também representou uma inflexão na política externa dos EUA para a região da Ásia oriental, em especial no que se refere à estratégia para o Japão. Assim como a Alemanha na Europa, o Japão foi completamente destruído em sua economia, sociedade, política e exército no fim da Segunda Guerra Mundial, com o agravante

do país ter sido alvo das únicas bombas nucleares empregadas na história. Desarticulado por estas elevadas perdas de guerra, o país foi reduzido aos seus limites territoriais e ocupado militarmente pelos aliados durante sete anos. Na ocupação, MacArthur, Supremo Comandante da Força Aliada na Ásia-Pacífico - SCAP, tornou-se a autoridade suprema e iniciou um processo de reeducação da sociedade japonesa, realizando reformas abrangentes em suas instituições, economia e cultura. Elementos militaristas e nacionalistas foram rechaçados, assim como o xintoísmo deixou de ser a religião do Estado. A fragilidade do país tornava-o suscetível às influências norte-americanas, sendo o objetivo dos EUA a construção de uma “democracia desmilitarizada”.

No plano político, formulou-se em 1946 uma Constituição que trazia como novidades para o sistema político japonês a perda do status divino do imperador e a instalação do Parlamentarismo, com o Primeiro Ministro passando a ser indicado pela Dieta (Parlamento). Outros pontos fundamentais da nova carta eram a renúncia à guerra, a descentralização dos poderes fiscais, educação e segurança interna. Na economia, desmontou-se a estrutura anterior dos *Zaibatsu* (antigos oligopólios japoneses), percebidos como motivadores do expansionismo, promovendo a modernização das empresas e sindicatos. Em 1951 assinou-se o Tratado de Paz, mantendo-se bases norte-americanas no arquipélago, garantindo a segurança do Japão e o entorno, funcionando como uma espécie de modelo do capitalismo na Ásia.

Além do Japão, os americanos atuaram decisivamente em outros países do entorno regional, como Coreia do Sul e Taiwan, também objetivando a construção de um capitalismo moderno nestas nações, que funcionasse como contraponto às esferas de influência soviética e chinesa. Como no caso japonês, auxílio financeiro e tecnológico, abertura do mercado norte-americano a suas exportações, apoio militar e político permitiram a modernização e crescimento destes chamados “Tigres” e o “Milagre Japonês”.

O “Milagre Japonês”, contudo, somente começaria a ser construído de forma mais acelerada depois da revolução na China e da Guerra da Coreia, associada ao fracasso destas políticas econômicas anteriores. Com o Japão funcionando como fornecedor de materiais para as guerras da Ásia, a ajuda norte-americana passou a se dar por meio de financiamentos e transferência de tecnologias, abrindo também o mercado dos EUA à exportação destes produtos. Estratégica e politicamente, também se firmou um novo Pacto de Segurança entre os EUA e o Japão, e um novo arranjo político que solidificava a ocidentalização japonesa e a limitação de sua soberania.

Assim, o acelerado crescimento e modernização japonesas dependiam de uma íntima associação política e econômica com Washington, o que reforçava o grau de dependência e alinhamento entre o Japão e os EUA, isolando-o na Ásia. A proteção do guarda-chuva nuclear norte-americano e o acesso facilitado a este mercado configuravam um papel limitado ao Japão internacionalmente. Todavia, isto não impediu que o crescimento econômico levasse a transformações e debates políticos internos que sinalizaram a partir do fim da década de 1950 e início dos 1960 tentativas de maior autonomia. Em 1955, a junção dos partidos conservadores levou à formação do Partido Liberal Democrata, dando início a uma proposta de revisão constitucional que englobava a volta da soberania do imperador e o incremento do aparato de defesa japonês.

No campo externo, o Japão mantinha seu alinhamento com os EUA, mas demonstrava o início de uma atuação própria na Ásia, estabelecendo acordos de paz individualmente com as Filipinas, a Birmânia, o Vietnã do Sul e a Indonésia. A admissão ao GATT deu-se em 1955, seguindo-se a filiação à ONU. Com relação à China, o país possuía relações econômicas com a China Continental e reconhecia a soberania de Taiwan. Estas tendências de maior autonomia, favorecidas pelo crescimento econômico e recuperação completa da sociedade japonesa, são solidificadas nas déca-

das seguintes à luz do refluxo americano na região devido ao fracasso da política para o Vietnã. Isto gerou um vácuo de poder regional e legou maior possibilidade de autonomia, assim como representou uma resposta à reaproximação bilateral sino-americana, uma espetacular guinada da grande diplomacia mundial.

A diplomacia da República Popular da China

Para o novo regime, a defesa da integridade territorial, a segurança contra investidas externas e seu reconhecimento internacional constituíam as questões prioritárias, evidenciando forte preocupação com a proteção dos interesses nacionais, em função do passado marcado pela dominação estrangeira. Neste sentido, Chu En-lai, pai da diplomacia chinesa, direcionou a sua atuação para a recuperação dos territórios chineses sob controle estrangeiro². Frente à necessidade de apoio financeiro e militar, no conturbado cenário da Guerra Fria, Mao Tsé-tung manteve relações estreitas com a URSS, pois a primeira fase da política externa chinesa (anos 1950) priorizava a segurança do novo regime. Apesar das limitações do apoio soviético, este acordo foi de extrema importância para proteger e, de certa forma, garantir a consolidação do regime socialista, além de propiciar seu reconhecimento imediato por parte de outras nações³.

² Entre tais territórios podemos destacar: Hong Kong (devolvidas aos ingleses após a capitulação do Japão); Macau (Portugal); Dairen, Port Arthur e a estrada de ferro da Manchúria (URSS); Formosa (China Nacionalista); Mongólia (independente).

³ URSS, Bulgária, Romênia, Polônia, Hungria, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Burma e Índia (ainda em 1949) e Paquistão, Grã-Bretanha (preocupação com Hong Kong), Ceilão, Noruega, Israel, Países Baixos, Suécia, Finlândia, Afeganistão e Suíça (em janeiro de 1950). Além desse, podemos destacar a simpatia de diversos países asiáticos recém independentes, ou em acelerado processo de descolonização.

Uma questão relevante dizia respeito à representação internacional do país. Com a consolidação da revolução, houve uma tentativa de substituir o antigo representante do Kuomintang, por outro escolhido pelos dirigentes da RPC. Mas os novos delegados enviados foram rechaçados tanto na ONU como nos demais órgãos internacionais. Assim, Taiwan era reconhecido no Ocidente como o governo legítimo da China, mantendo sua representação no CS da ONU. O impasse se aprofundava, com ambos partidos reivindicando o princípio de uma única China, a qual cada um alegava representar. A RPC só fora, praticamente, reconhecida pelos países do campo soviético e alguns poucos Estados neutralistas e europeus, enquanto o governo estabelecido em Taipé, mantinha relações com a maioria da comunidade internacional.

Esta situação de relativo isolamento e ilegitimidade internacional foi agravada pela eclosão da Guerra da Coreia (1950-1953), onde ocorreu um conflito direto com os EUA, que atuaram militarmente como representantes da ONU. Face às ameaças externas, explicitadas pelo General Mac Arthur (ataque nuclear à RPC), a intervenção de soldados chineses no conflito constituiu uma decorrência previsível devido às tensões militares entre os dois países, uma demonstração de força aos inimigos situados próximo às suas fronteiras (Japão, norte da Birmânia, Taiwan) e à política norte-americana de proteção e reconhecimento de Taiwan. Na esteira da política de contenção do comunismo, em fevereiro de 1951, a ONU qualificou a ação chinesa como agressão, revidando com embargo da material militar ao país e à Coreia do Norte.

O desfecho da guerra, em 1953, apontou para um empate, com os chineses conseguindo afirmar-se militarmente. Contudo, a ONU adquiriria um perfil pró-americano na Guerra Fria, apesar dos eventuais vetos soviéticos. O assento de Taipé no CS, por sua vez, contribuía ainda mais para estigmatizar a RPC. Além da Guerra da Coreia, a reincorporação do Tibete em 1950, propiciou condições ao Ocidente para hostilizar diplomaticamente a China Popular. Para

esta, a ONU constituía-se, cada vez mais, um instrumento da política americana e de seus rivais do KMT, o que se enquadrava na visão militante sobre o sistema internacional então vigente em Pequim.

Frente a um cenário internacional hostil, após 1953, Pequim estabeleceu vínculos mais fortes com Estados não-comunistas do Terceiro Mundo, em função dos *Cinco Princípios de Coexistência Pacífica* (autodeterminação, não intervenção em assuntos internos, mútuo respeito à soberania e integridade territorial, igualdade e benefício recíproco e coexistência pacífica entre países de diferentes sistemas), marcando presença na Conferência de Bandung em 1955. Antes disso, a RPC atuou em importantes conferências em Genebra, em 1954, relativas ao conflito coreano e à primeira guerra da Indochina.

Apesar da convergência com Moscou, o governo chinês opôs-se à política de Nikita Kruchov de desestalinização, especialmente à concepção soviética de Coexistência Pacífica, que congelava a situação mundial, relegando a China à posição de potência secundária. Estas discordâncias acentuaram os conflitos internos no Estado-partido, além das necessárias mudanças de cunho econômico, alterando, conseqüentemente, a atuação internacional do país no sentido de um progressivo isolamento. Iniciava-se uma segunda fase na política externa chinesa, que nos anos 60 se caracterizaria pela afirmação da autonomia e da soberania nacional. Assim, certos aspectos aparentemente “irracionais” da Revolução Cultural adquirem sentido.

O fracasso do Grande Salto Adiante (1958-1965) acirrou as diferenças internas no governo chinês. No concernente às questões externas, a via chinesa progressivamente afastou-se das políticas de Moscou, que defendia uma maior aproximação com o ocidente capitalista, através da “coexistência pacífica”. Pequim, em contrapartida, recrudescceu sua postura ofensiva. Em 1958, a China bombardeou as ilhas costeiras do estreito de Taiwan; no ano

seguinte enfrentou uma série de conflitos no Tibet em função da resistência à implantação do sistema socialista, que acarretou na fuga de Dalai Lama para a Índia. Com este país a China travou outro conflito em função da fronteira contestada.

A deterioração das relações sino-soviéticas, iniciadas no período da desestalinização, agravou-se com o apoio da URSS à Índia no conflito sino-indiano, e com a postura de Kruchov na crise cubana de 1962. No ano seguinte as marcantes diferenças ideológicas entre um país pobre subdesenvolvido e superpovoado, e uma superpotência, acarretam no rompimento de relações entre os dois gigantes comunistas. Cabe ressaltar, que a RPC necessitava da formação de um arsenal nuclear autônomo, imprescindível para a sua soberania e uma intervenção mais qualificada no cenário internacional. E a URSS, além de não subsidiar tal arsenal, criticou o bombardeio às Ilhas Quemoy e Mastu, em poder dos nacionalistas.

A demonstração da capacidade nuclear chinesa em 1964 (Bomba A) e 1967 (Bomba H) alterou de forma significativa a correlação de forças na Ásia. O país, novamente atingia um patamar de importância frente às potências regionais. Como consequência mais imediata, podemos destacar o reconhecimento francês (que acarretou numa importante abertura na Europa), o relaxamento das relações com outros países europeus, além do reforço das relações informais com o Japão. Com o estabelecimento de tais vínculos a RPC tentava burlar o bloqueio econômico promovido pelos EUA, bem como encerrar a fase de isolamento, que caracterizou a primeira metade da década de 1960. A derrubada de Sukarno na Indonésia, em 1965, acarretou, contudo, na perda de seu único aliado asiático. Quase simultaneamente, a China mergulhou na Revolução Cultural, o que levou o país a um grande isolamento internacional na segunda metade dos anos 1960, e a um refluxo de grande parte de suas iniciativas diplomáticas.

A nova aliança sino-americana

Nos anos 1960, como foi visto, a China se afastou cada vez mais da URSS, se isolou no plano internacional (se auto-definindo como nação do Terceiro Mundo) e viveu grande turbulência interna a partir de 1966 com a Revolução Cultural (uma luta interna pelo poder e pela definição da estratégia a seguir). O rompimento entre a China e a URSS teve como marco inicial a desestalinização, motivado por divergências ideológicas e nacionais. As visões de mundo e prioridades eram diferentes nas duas nações comunistas: enquanto a URSS detinha o status de superpotência, a China era uma nação pobre, subdesenvolvida e que buscava sua reafirmação. Militarmente, a China também buscava sua soberania e autonomia, investindo um arsenal atômico próprio. Em termos estratégico-diplomáticos Beijing (Pequim) elaborou a *Teoria dos Três Mundos*: o das super-potências hegemônicas (EUA e URSS), o das potências não hegemônicas (Europa) e o das nações em desenvolvimento, onde se enquadrava.

Tratava-se, em essência, de uma diplomacia anti-hegemonista destinada a garantir sua autonomia, voltada contra ambas superpotências. Contudo, as ações terceiro-mundistas da China pouco aportaram ao país, que se enfraqueceu e isolou. No início dos anos 1970, dando-se conta das dificuldades americanas no Vietnã e da crescente dependência deste país em relação à URSS, a China buscou acerrar-se dos EUA. Era preciso buscar espaços para reinserir o país na comunidade internacional e para desenvolver a economia nacional, o que se concretizou com a aproximação sino-americana.

Esta guinada levou à formação do Eixo Washington-Pequim. A República Popular da China vivia, nessa época, um grande isolamento externo, devido ao fracasso no Terceiro Mundo, independência de Bangladesh em 1971 e derrota do Paquistão, seu aliado, frente à Índia, ocasionada pela aliança dessa última, sua rival, com a URSS.

Havia também os problemas internos decorrentes da Revolução Cultural. Assim, a China precisava de aliados que auxiliassem na segurança e desenvolvimento, que passavam a ser prioritários.

Enquanto isso, Nixon e Kissinger procuravam reduzir os gastos e o envolvimento militar dos EUA, bem como encontrar uma saída honrosa para a Guerra do Vietnã. Apesar do fracasso francês em recolonizar o Vietnã e das dificuldades militares enfrentadas naquela oportunidade, os EUA tomaram a decisão política de intervir na região, devido à debilidade, do regime sul-vietnamita e ao avanço do Vietnã do Norte e do *Vietcong* no Sul. As perdas americanas eram imensas e os efeitos disso já atingiam a política interna norte-americana. A Ofensiva Tet de 1968 evidenciou a vulnerabilidade dos EUA, quando suas tropas foram atacadas em todo o país em operações simultâneas. A superpotência, assim, mergulhava em uma crise de credibilidade, que também consumia seus recursos financeiros.

No ano de 1969, essa situação levou o presidente norte-americano a formular a Doutrina de Guam (vietnamização do conflito e desengajamento americano) e a promover a aproximação sino-americana, por meio da chamada *Diplomacia do Ping-Pong* em 1971. Em decorrência das negociações, a China Popular ingressava na ONU, ocupando o lugar de Taiwan no Conselho de Segurança como membro permanente e logrando, assim, legitimar-se e inserir-se no concerto das nações. Em seguida, Nixon visitou a capital chinesa, celebrando uma aliança voltada primordialmente para a contenção do Vietnã do Norte e contra a URSS e os movimentos revolucionários do Terceiro Mundo.

Henry Kissinger, Assessor de Segurança Nacional e Secretário de Estado do governo Nixon, foi o articulador da política de incluir um novo ator no cenário bipolar, criando uma espécie de tripolaridade estratégica que deixava a URSS numa posição desvantajosa. Acadêmico especializado no estudo do equilíbrio europeu do século XIX, o professor Kissinger demonstrou uma visão

de longo prazo que Nixon teve a coragem de abraçar, embora pagando caro por isto em 1974. A aproximação sino-americana, além disso, foi possibilitada pelo progressivo afastamento entre Moscou e Pequim, o que abriu espaço para estas negociações.

Tratava-se da primeira iniciativa para recuperar a desgastada hegemonia americana (processo ainda em curso após 30 anos), através da reestruturação da ordem mundial (como forma de reduzir os custos de sua supremacia). Ao lado da *tripolaridade estratégico-militar*, a administração Nixon-Kissinger estruturava a *pentarquia econômico-diplomática*, conferindo um novo *status* à Europa ocidental e ao Japão, ao lado dos EUA, da URSS e da China. Os novos agregados ao clube dos super-grandes deveriam participar com recursos econômicos e, em certos casos, militar, para auxiliar a manter o conjunto do sistema mundial. Uma das bases conceituais da nova estratégia diplomática e econômica era a Comissão Trilateral, um organismo não-governamental fundado em 1973 por David Rockefeller, da qual Kissinger era membro destacado. A Comissão, integrada por empresários, políticos, acadêmicos e altos burocratas, buscava articular as ações Ocidentais numa associação dos EUA, da Europa ocidental e do Japão.

A reação: aliança do Vietnã e da Índia com a URSS e autonomia da Coreia do Norte

Neste quadro, a cooperação entre a Índia e a União Soviética se tornou ainda mais intensa. Moscou apoiou Nova Delhi em 1971, quando do conflito com o Paquistão em torno da luta pela independência que se travava no Paquistão Oriental, ou Bangladesh. Na perspectiva da iminente derrota do Paquistão, aliado dos EUA e da China, as ameaças americanas e chinesas foram confrontadas com a advertência de Moscou de que iria enviar uma esquadra ao Golfo de Bengala. Derrotado, o Paquistão teve de aceitar a independência de Bangladesh.

No mesmo sentido, enquanto o apoio chinês ao Vietnã do norte diminuía, este buscava maior cooperação com a URSS. Assim, a impactante derrota americana no Vietnã (que se unificou, tornando-se a República Socialista do Vietnã em 1976), no Camboja e no Laos não pode ser evitada. O reforço da posição soviética em relação à Índia e ao Vietnã era percebida pela China como um cerco, e as relações sino-vietnamitas foram conhecendo um progressivo esfriamento, que de 1976 a 1978 se deu através do apoio ao regime de Pol Pot no Kampuchea, que atacava o Vietnã no sul (levando à invasão vietnamita em 1978), e em 1979 se converteria em conflito militar direto no norte do Vietnã, que rechaçou a invasão chinesa.

Já a Coreia do Norte, frente às divergências de seus dois protetores, adotou o chamado princípio *Zuche*, que consiste em buscar autonomia e contar com as próprias forças, obtendo, assim, certa neutralidade e aproximação do Movimento dos Países Não Alinhados. Já os EUA, ao se aproximarem da China, ficaram na posição de ter de compensar a Coreia do Sul e Taiwan economicamente e em termos de segurança. O reatamento diplomático entre Beijing e Washington só foi formalizado em 1978, como também com Tóquio. Assim, uma nova configuração estratégica emergia na Ásia.

3. O DESENVOLVIMENTO ASIÁTICO E A MULTIPOLARIDADE

3.1 INDUSTRIALIZAÇÃO E “REVOADA DOS GANSOS”: OS TIGRES E O DRAGÃO

O Japão e a “Revoada dos Gansos”: cooperação econômica asiática

Enquanto ocorria a normalização das relações e o acercamento sino-americano, sob o efeito da rearticulação global da economia nos quadros da Revolução Científico-Tecnológica (RTC) e dos esforços japoneses para adequar-se ao novo contexto, estruturava-se uma nova geografia econômica na região da Ásia Oriental. Nos anos 1970 as economias de Taiwan, Coreia do Sul, Hong Kong e Cingapura são articuladas ao Japão através de uma nova divisão de trabalho. Os quatro “Tigres” (ou “pequenos dragões”) recebem o repasse, através das empresas transnacionais, das indústrias da “fase japonesa” anterior. O Japão passa, então, a dinamizar a região e associar-se a economias de apoio, as quais lhe propiciavam articular um espaço de recuo, ou seja, um *hinterland* que lhe permita manobrar frente às pressões norte-americanas.

Para compensar seus antigos aliados asiáticos anti-comunistas pela reviravolta causada por sua aliança política e comercial com a RP da China (e também para manter seu controle estratégico sobre eles), os EUA igualmente acompanham o Japão nos investimentos e transferência tecnológica aos Tigres, de forma a